



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Zona Norte
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação
Profissional e Tecnológica

YURE BARRETO ZANATA

ENTRE O TECNICISMO E A FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA REVISÃO DA
LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EPT

PORTO VELHO/RO
2026

YURE BARRETO ZANATA

**ENTRE O TECNICISMO E A FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA REVISÃO DA
LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EPT**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica sob a orientação da professora Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

**PORTO VELHO/RO
2026**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Zanata, Yure Barreto.

Entre o tecnicismo e a formação crítica: uma revisão da literatura sobre Educação Física na EPT / Yure Barreto Zanata. - Porto Velho, 2026.

19 f. : il.

Orientador(a): Prof^a Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. ensino médio integrado . 2. BNCC. 3. princípios educativos da EPT . I. Ribeiro, Maria Ivanilse Calderon (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

YURE BARRETO ZANATA

**ENTRE O TECNICISMO E A FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA REVISÃO DA
LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EPT**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de especialista, junto ao Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Aprovado em: 30/03/2026 pela banca examinadora.

Membro da Banca

Membro da Banca

Orientadora

ENTRE O TECNICISMO E A FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EPT

RESUMO: A Educação Física Escolar (EFE), enquanto componente curricular obrigatório na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), constitui um campo marcado por disputas em torno de seus conteúdos e finalidades. Este estudo tem como objetivo analisar propostas curriculares, práticas pedagógicas e relatos de experiência da EFE no contexto da EPT, com vistas a identificar estratégias adotadas e a presença dos princípios educacionais dessa modalidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com recorte temporal no período pós-pandêmico. A análise fundamenta-se nas Diretrizes Gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados indicam a existência de iniciativas que buscam desenvolver abordagens críticas e reflexivas. Contudo, observa-se limitada articulação com os princípios da EPT, evidenciando a predominância de práticas ainda distantes de uma formação integral. Conclui-se que a incorporação intencional desses princípios pode potencializar a contribuição da Educação Física para uma formação crítica, integrada e alinhada às demandas do mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio integrado; BNCC; princípios educativos da EPT.

ABSTRACT: School Physical Education (SPE), as a mandatory curricular component within Professional and Technological Education (PTE), constitutes a field marked by disputes regarding its content and purposes. This study aims to analyse curricular proposals, pedagogical practices, and experience reports related to SPE in the context of PTE, in order to identify the strategies adopted and the presence of the educational principles underlying this modality. It is a qualitative bibliographic study with a focus on the post-pandemic period. The analysis is grounded in the General Guidelines of the National Policy for the Training of Professionals for Professional and Technological Education. The findings indicate the existence of initiatives that seek to promote critical and reflective approaches. However, there is limited articulation with the principles of PTE, revealing the predominance of practices still distant from a comprehensive education. It is concluded that the intentional incorporation of these principles may enhance the contribution of Physical Education to a critical, integrated education aligned with the demands of the world of work.

KEYWORDS: Integrated secondary education; BNCC; PTE educational principles.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física Escolar (EFE) é uma disciplina marcada como um campo de disputas ideológicas, políticas e técnicas (Castellani Filho, 1988; Ghiraldeli Júnior, 1989; Darido, 2003; Sanches Neto e Betti, 2008); essa disputa é fruto de um histórico de ressignificações em seus conteúdos e objetivos desde seu surgimento, em meados do século XIX, atravessando todo o século XX e começo do século XXI (BRASIL, 1997; BRASIL, 2020). Hoje é uma disciplina escolar que luta para superar seu viés histórico higienista, militarista, esportivista e tecnicista por meios de diversas abordagens críticas.

Atualmente a EFE possui um documento norteador de abrangência nacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é documento de caráter normativo, e que define o conjunto orgânico e progressivo da aprendizagem (Brasil, 2020). A versão inicial, foi lançada em 2017 e o texto abrangendo o ensino médio ficou disponível em 2018. Contudo, sua construção e concepções tem enfrentado críticas, sendo vista como parte de um pacote neoliberal e de retrocesso educacional, em específico para o campo da educação física (LORO; NUNES, 2021; NEIRA; ALVIANO JÚNIOR; ALMEIDA, 2016; DESSBESELL; FRAGA, 2020). Por fim, sua situação é vista como fragilizada (MACIEL, 2019) em virtude da reforma do ensino médio promovida pela Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como primeiras iniciativas surgidas no começo do século XIX. A instituição das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, formou a bases para a atual rede federal (Cavalcanti et all, 2022). Paralela à história da EFE, a EPT também sofreu ressignificações em seus conteúdos e objetivos, marcada por uma disputa entre os objetivos de satisfazer primariamente ou os interesses dos estudantes ou os interesses do mercado para qual ele está se formado. No início deste século XXI, tem-se buscado estabelecer diretrizes fundamentais (BRASIL, 2024) para a formação cidadã, crítica e emancipatória deste estudante da Educação Profissional e Tecnológica (FRIGOTTO, 2001).

Diante disso, tem-se um uma disciplina escolar que tem lutado contra sua tradição mecanicista, fruto de uma formação orientada para um trabalho higienista,

militarista, esportivista e tecnicista e que se vê diante do desafio de contribuir – no sentido contrário – para uma formação crítica e emancipatória dentro do contexto da EPT. Portanto, esse o objetivo deste trabalho é observar quais estratégias as propostas curriculares, pedagógicas e relatos de experiências para a Educação Física Escolar tem utilizado para enfrentar suas inerentes peculiaridades na EPT bem como se princípios da Educação Profissional e Tecnológica estão explicitados e/ou sendo observados nesses trabalhos.

2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, tendo como objetivo analisar produções científicas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para sua realização, foram adotadas quatro etapas principais, conforme apresenta a Fig. 1.



Fig. 1 - Etapas da pesquisa.
Fonte: autor.

Na primeira etapa, realizou-se a definição metodológica e da base de dados, sendo selecionada a plataforma SciELO (scielo.br) para a busca dos trabalhos. Na segunda etapa, foram definidos os descritores e os critérios de seleção, sendo eles:

“ensino médio integrado” e “educação física”; “educação física” e “ensino médio profissionalizante”; “educação física” e “instituto federal”; “educação física” e “institutos federais”; “basquetebol” e “ensino médio”; “voleibol” e “ensino médio”; “lutas” e “ensino médio”; e “danças” e “ensino médio”.

Utilizando termos combinados como: “basquetebol”, “voleibol”, “lutas” e “danças”, por se tratarem de conteúdos específicos previstos na BNCC. Destaca-se que a utilização de termos mais gerais, como “ensino médio integrado”, “ensino médio profissionalizante”, “institutos federais” e “instituto federal”, resultou em baixa recuperação de estudos, justificando o acréscimo de descritores mais específicos.

Também foi estabelecido o recorte temporal a partir de 2022, considerando o período posterior ao contexto pandêmico (2020–2021), às mudanças decorrentes da reforma do ensino médio (2017) e da implementação da BNCC (2018), além dos critérios de inclusão: trabalhos em língua portuguesa e desenvolvidos nos Institutos Federais.

Na terceira etapa, foi realizado o levantamento e a seleção dos estudos, sendo inicialmente identificados seis artigos. Após leitura exploratória, verificou-se que dois trabalhos não contemplavam propostas pedagógicas, currículos ou relatos de experiência na EPT, porém foram analisados por discutirem justamente a temática deste trabalho.

Por fim, na quarta etapa, procedeu-se à análise e interpretação dos dados, utilizando como referência as Diretrizes Gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2024), especialmente no que se refere aos princípios pedagógicos da EPT.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como subsídio para fundamentação teórica deste trabalho são apresentados três eixos para guiar a seleção, análise e discussão dos resultados: a) uma visão geral sobre a disciplina educação física, suas bases epistemológicas e documentos norteadores; b) a inserção da EFE no contexto da EPT; c) e os princípios fundamentais que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica, que serviram de referência para analisar os trabalhos selecionados durante a fase de revisão bibliográfica.

3.1. Educação Física Escolar, abordagens e documentos norteadores

Segundo Sanches Neto e Betti (2008) as abordagens pedagógicas são proposições teórico-metodológicas para a Educação Física Escolar e que surgiram em meados da década de 1980. Castellani Filho (1999) afirma que esse conjunto de concepções pedagógicas buscam justificar a Educação Física enquanto disciplina escolar e para além da concepção de aptidão física, posição hegemônica até fins dos anos 1970.

De forma emblemática, segundo Castellani Filho (1988), a EFE serviu de ferramenta para alienação estudantil, por meio do Decreto nº 69.450/71, de 1º de novembro de 1971 (Brasil, 1971). Neste referido decreto, a educação física passa a ser obrigatória em todos os ramos de ensino, incluindo o ensino superior, mesmo com expressa recomendação contrária emanada pelo Ministério da Educação. Esse decreto só foi revogado no final dos anos 1990.

Ghiraldeli Júnior (1989) classificou a educação física nas seguintes tendências e correntes: higienista (predominante até a década de 1930); militarista (teve seu apogeu entre os anos de 1930 até 1945); pedagógico (concepção que teve maior força no período pós-guerra, de 1945 até 1964); competitivista (pós 1964); popular (últimas décadas do século XX em diante). Darido (2003) classifica as abordagens pedagógicas em: estruturadas (construtivista-interacionista, crítico-superadora, desenvolvimentista e sistêmica), e outras que constituem as demais

concepções, mas não totalmente elaboradas crítico-emancipatória, cultural, jogos cooperativos, PCNs, psicomotricidade e saúde renovada.

Castellani Filho (1999) classifica as teorias da educação física, quanto à metodologia de ensino, entre abordagens e concepções pedagógicas agrupadas em propositivas e não-propositivas. Em relação as não-propositivas, estão as abordagens fenomenológica, sociológica e cultural. Com relação as propositivas, Castellani Filho (1999) subdivide as mesmas em não-sistematizadas e sistematizadas. No campo das não-sistematizadas têm-se as concepções desenvolvimentista, construtivista, crítico-emancipatória, de “aulas abertas” e educação física “plural”. Por fim, as sistematizadas são a aptidão física e a crítico-superadora.

Portanto, a Educação Física Escolar atravessou diversos momentos históricos ressignificando seus objetivos e conteúdos. Fundou-se em uma base higienista e militarista, ainda no século XIX. No início do século XX, sob influência europeia, seu conteúdo deslocou-se para a ginástica. A partir da segunda metade do século XX o esporte passa ser conteúdo hegemônico (Araújo e Furtado, 2019). Em todos esses casos, o conteúdo vinculado à educação física foi definido por questões externas. No caso do conteúdo esporte, ele serviria para selecionar e treinar talentos esportivos para ser usado como propaganda do regime militar. Uma característica comum a todas essas ressignificações era que a EFE era vista não como uma disciplina escolar, mas sim como uma atividade escolar. Nos anos 1980, diversos autores questionaram esse modelo e deu-se início à uma profusão de propostas curriculares denominadas de abordagens.

Com relação ao documento norteador, este estava previsto em diversas normas jurídicas (CFB, 1988; LDB, 1996; DCN, 2013 e PNE, 2014). Chamado de Base Nacional Comum Curricular, teve sua elaboração iniciada em meados de 2014 (MACHADO e AMARAL, 2021). A primeira publicação ocorreu em setembro de 2015; entre setembro de 2015 e março de 2016 ocorreu uma consulta pública e publicação da segunda versão do documento em maio de 2016; entre junho e agosto de 2016 aconteceu a realização de seminários estaduais (Neira, Alviano Júnior e Almeida, 2016). A terceira versão foi homologada em dezembro de 2017 (DESSEBESELL E FRAGA, 2020). A homologação final foi publicada no ano de 2020 (BRASIL, 2020).

Desde sua primeira versão da BNCC, específica para a educação física, sofreu críticas vindas de todas as direções: setores conservadores; progressistas; cientistas; e outras entidades (Neira, Alviano Júnior e Almeida, 2016). Dessbesell e Fraga (2020) apontaram para uma incoerência quanto às unidades temáticas: nas primeiras versões havia a unidade temática “exercícios físicos” com uma cultura corporal própria. Contudo, essa unidade foi suprimida e incorporada à “ginástica”. Segundo Dessebesell e Fraga (2020) essa situação revela o campo de disputa que é o currículo da educação física escolar, que na tentativa de superar o paradigma da aptidão e mera prática física, acaba sufocando releituras de antigos objetivos.

3.2. Papel da educação física na Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica deu seus primeiros passos ainda no século XIX, quando o Rei D. João VI criou o Colégio das Fábricas em 1809. A intenção era de amparar os portugueses que vieram junto com a corte. Em 1909, o presidente do Brasil, Nilo Peçanha instaura uma rede com 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, considerado o marco inicial da rede federal de EPT. Em reformas posteriores (reforma de Francisco Campos, 1931 e Capanema, 1942) o ensino profissional ganha um caráter voltado para o mercado, visando suprir as demandas da crescente industrialização do país. Em 2004, é criado o ensino médio integrado e surgindo as bases e fundamentos para um ensino profissionalizante nos moldes que se encontra nos dias atuais, um modelo de ensino que supere a dualidade do conhecimento/trabalho manual e intelectual (CAVALCANTI *et al*, 2022).

E educação física esteve presente desde o começo do ensino profissional, sua missão era higienista e militarista. A contribuição da educação física era de combater o corpo fraco, relapso e doentio das pessoas. Esse objetivo sofreu uma ressignificação, ainda no sentido de melhora da aptidão física, mas agora como um corpo robusto e apto para trabalhar nas fábricas e demais postos de trabalhos manuais, servindo aos interesses mercadológicos. Em meados dos anos 1960 e 1970, a educação física foi ressignificada para um modelo esportivista de cunho nacionalista. Nos anos 1980, esses modelos engessados e institucionais dão espaço para o surgimento de diversas propostas e abordagens.

3.3. Princípios educativos da Educação Profissional e Tecnológica

Esta seção apresenta os principais fundamentos teóricos que orientam a EPT, com base nas Diretrizes Gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2024). Esses princípios são essenciais para compreender a concepção de formação adotada na EPT, especialmente no que se refere à formação humana integral, à relação entre trabalho e educação e ao papel do estudante no processo educativo.

No âmbito da EPT, o papel do Estado ultrapassa a lógica de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, devendo assegurar uma educação comprometida com a formação cidadã e com o desenvolvimento integral dos sujeitos. Nesse sentido, a educação pública deve promover condições para que os indivíduos compreendam o mundo do trabalho, as relações sociais e seu papel na sociedade. Assim, a formação ofertada deve estar ancorada em princípios que favoreçam uma educação crítica, emancipadora e socialmente referenciada.

3.3.1. Formação humana integral

A formação humana integral busca superar a histórica divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, que contribui para a manutenção das desigualdades sociais. Nesse contexto, cabe à educação pública possibilitar aos estudantes a compreensão dos processos produtivos e das relações sociais, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua realidade. Essa perspectiva valoriza uma formação omnilateral, que integra diferentes dimensões do conhecimento, contribuindo para a constituição de sujeitos históricos capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem.

A partir dessa compreensão, entende-se que a formação integral não se limita ao domínio de conteúdos técnicos, mas envolve o desenvolvimento de capacidades críticas, sociais e humanas. Enquanto estudante e futura profissional da área, percebo que essa abordagem amplia significativamente o sentido da educação, pois permite compreender o conhecimento para além da sua aplicação imediata, articulando-o com a realidade social e com os desafios contemporâneos. Assim, a

formação humana integral se apresenta como um elemento fundamental para uma educação mais justa, crítica e transformadora.

3.3.2. O trabalho como princípio educativo

O trabalho, entendido como atividade humana de transformação da natureza, constitui-se como elemento central na produção de conhecimento e no desenvolvimento da sociedade. Ao mesmo tempo em que gera avanços tecnológicos, também pode evidenciar contradições e desigualdades sociais. Nesse sentido, na EPT, o trabalho é compreendido como princípio educativo, pois representa uma forma concreta de aprendizagem e de intervenção na realidade. Assim, a organização curricular deve incorporar o trabalho como eixo estruturante, articulando teoria e prática e contribuindo para a formação de sujeitos capazes de atuar criticamente no mundo do trabalho.

Nesse contexto, compreendo que a valorização do trabalho como princípio educativo contribui para uma aprendizagem mais significativa, pois aproxima os conteúdos estudados das experiências reais dos estudantes. Ao vivenciar atividades práticas e refletir sobre elas, torna-se possível construir conhecimentos de forma mais contextualizada. Como estudante, percebo que essa articulação fortalece a compreensão do papel social do trabalho e evidencia sua importância não apenas como meio de subsistência, mas também como forma de participação ativa na sociedade.

3.3.3. A prática social como produtora de conhecimentos

A produção do conhecimento não se restringe ao ambiente acadêmico, sendo também construída nas práticas sociais cotidianas. Essa concepção reconhece que diferentes sujeitos produzem saberes a partir de suas experiências, os quais devem ser valorizados no processo educativo. Nesse contexto, a prática social constitui-se como espaço de aprendizagem e produção de conhecimento, cabendo à educação promover a articulação entre prática e teoria, em um movimento contínuo de reflexão e ação.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente que o reconhecimento dos saberes construídos fora do ambiente escolar contribui para tornar o processo educativo mais inclusivo e significativo. A partir da minha vivência, compreendo que muitas aprendizagens relevantes ocorrem no cotidiano, nas experiências sociais e culturais, e que sua valorização fortalece a identidade dos estudantes e amplia suas possibilidades de aprendizagem. Dessa forma, a articulação entre prática e teoria se mostra essencial para uma educação mais conectada com a realidade.

3.3.4. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A EPT fundamenta-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendendo essas dimensões como elementos integrados do processo educativo. Essa articulação é essencial para garantir uma formação mais ampla e significativa, na medida em que permite relacionar o conhecimento teórico às demandas sociais e às práticas profissionais. Dessa forma, tais dimensões não devem ser tratadas de maneira isolada, mas integradas ao longo de todo o percurso formativo.

A partir dessa compreensão, considero que a integração entre ensino, pesquisa e extensão amplia as possibilidades de aprendizagem, pois possibilita que o estudante não apenas absorva conteúdos, mas também investigue, produza conhecimento e se envolva com a comunidade. Essa articulação contribui para uma formação mais crítica e participativa, aproximando a educação das necessidades sociais e fortalecendo o papel da EPT como promotora de transformação social.

3.3.5. O educando como produtor de conhecimentos

A EPT reconhece o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem, valorizando seus saberes e experiências. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional do aluno como mero receptor de informações, incentivando o protagonismo, a autonomia e a produção de conhecimentos. Assim, o processo educativo deve estimular a participação ativa dos estudantes, promovendo a investigação, a inovação e o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas.

Nesse sentido, enquanto estudante, percebo que assumir um papel ativo no processo de aprendizagem contribui significativamente para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico. A possibilidade de produzir conhecimentos, e não apenas reproduzi-los, torna o processo educativo mais significativo e motivador. Dessa forma, a valorização do protagonismo estudantil se apresenta como um elemento essencial para a construção de uma educação mais participativa, crítica e alinhada às demandas contemporâneas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados seis trabalhos na base de dados que abordam o ensino, bem como a proposição de estratégias e metodologias relacionadas aos conteúdos da Educação Física escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Quatro desses trabalhos oferecem uma propositura ou relatam experiências de propostas implementadas na rede federal de ensino profissional. Outros dois estudos, abordam a temática, mas discutindo-a em seus vários aspectos epistemológicos e gerais.

De modo geral, os estudos analisados evidenciam diferentes abordagens pedagógicas, variando entre práticas mais tradicionais, centradas no ensino técnico, e algumas propostas que buscam uma perspectiva crítica e integrada, mais alinhada aos princípios da EPT, porém não fica explícito que os autores desses trabalhos levaram em perspectiva os princípios fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica. Uma visão geral desses estudos é apresentada no QUADRO 1.

Quadro 1 – Síntese dos resultados da pesquisa.
Fonte: autor.

Estudo	Conteúdo abordado	Principais achados	Relação com a EPT
Nobre & Lima (2022)	Basquetebol	Ensino centrado na técnica; desconsidera saberes prévios	Baixa articulação com princípios da EPT
Velloso <i>et al.</i> (2023)	Lutas	Metodologia crítica; valorização dos conhecimentos dos estudantes	Alta articulação com a EPT
Campos <i>et al.</i> (2024)	Práticas corporais de aventura	Presença de temas transversais; pouca criticidade	Articulação parcial
Conceição & Peres (2025)	Lutas	Proposta reflexiva com abordagem histórica e social	Potencial de articulação
Boscatto <i>et al.</i> (2020) (síntese)	Educação Física na EPT	Avanços pontuais; predominância de práticas tradicionais	Articulação limitada
Boscatto e	Especificidade da	Cultura corporal como poderoso	Não avança em

Estudo	Conteúdo abordado	Principais achados	Relação com a EPT
Bagnara (2022)	Educação Física na EPT	conteúdo vinculado à EFE	considerar os princípios da EPT

O estudo de Nobre e Lima (2022), sobre o ensino do basquetebol no ensino médio integrado, revelou que os docentes enfrentam dificuldades relacionadas à falta de recursos materiais e à ausência de vivências prévias dos estudantes com a modalidade. Contudo, observa-se que tais limitações foram interpretadas como déficits dos estudantes, desconsiderando seus saberes prévios. Essa abordagem evidencia uma prática pedagógica ainda centrada em aspectos técnico-táticos, com pouca articulação com os princípios da formação integral.

Por outro lado, o estudo de Velloso *et al.* (2023), ao abordar a temática das lutas, apresentou uma proposta pedagógica mais alinhada à EPT, ao considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, promover reflexões críticas e articular o conteúdo com questões sociais e do mundo do trabalho. Nesse caso, evidenciam-se elementos que dialogam com os princípios da formação humana integral e da prática social como produtora de conhecimento.

Os demais estudos analisados apresentam avanços pontuais, mas também limitações. O trabalho de Campos *et al.* (2024) indica a presença de temas transversais, como o meio ambiente, porém com pouca ênfase na formação crítica dos estudantes. Já a proposta curricular de Conceição de Souza e Peres (2025) demonstra potencial para uma abordagem reflexiva, embora não explicita de forma clara a intencionalidade formativa alinhada à EPT.

Boscatto (2020) buscou compreender como os docentes de educação física da rede federal elaboram e ministram suas aulas, ou seja, focou no “como é ensinado” e o “que é ensinado” no âmbito da rede federal de ensino profissional e tecnológico. Segundo o autor, os resultados apontam para uma superação de tratar a EFE como apenas uma prática física encerrada em si mesma. Que esses docentes imprimem conceitos que consideram pertinentes para se ensinar.

O último trabalho (BOSCATTO e BAGNARA, 2022) é um trabalho reflexivo que busca situar a EFE no contexto da EPT. Nele considera a cultura corporal de movimento como um poderoso conteúdo específico da Educação Física Escolar, entende que tematizar esse conteúdo pode atuar em sinergia com a EPT. Porém o texto não explicita os princípios da EPT como articuladores dessa possível sinergia.

De forma geral, os resultados indicam que, embora existam iniciativas que dialogam com os princípios da EPT, ainda predominam práticas pedagógicas fragmentadas, com limitada articulação entre teoria, prática e formação crítica. Os conteúdos de origem esportiva e tecnicistas permanecem em evidência. Além disso, observa-se que a Educação Física na EPT ainda apresenta dificuldades em se consolidar como componente curricular que contribua efetivamente para a formação integral do estudante, permanecendo, em muitos casos, próxima de abordagens tradicionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o BNCC de 2017, observa-se a produção de alguns estudos no contexto da EPT, especialmente no campo da Educação Física escolar (Santos & Rosset, 2019; Boscatto *et al.*, 2020; Costa, Vidal e Silva, 2021; Nobre, 2022). No entanto, tais produções ainda revelam desafios na articulação entre os conteúdos da área e os princípios formativos da EPT.

O ensino das modalidades esportivas, quando desvinculado de uma abordagem crítica, tende a reproduzir características do esporte institucionalizado, como a valorização excessiva da competição, a ênfase no gestual técnico, a especialização precoce e a exclusão. Nesse cenário, torna-se recorrente a adoção de práticas pedagógicas tecnicistas, centradas no desenvolvimento de habilidades específicas, em detrimento de uma formação mais ampla. Esse contexto evidencia a necessidade de reorientar o ensino da Educação Física na EPT, de modo que esteja alinhado aos seus princípios educativos, superando abordagens reducionistas e promovendo uma formação integral.

Os estudos analisados indicam que ainda há pouca consideração pelas especificidades da EPT, o que resulta em práticas pedagógicas frequentemente desarticuladas de seus fundamentos teóricos. Dessa forma, a Educação Física acaba sendo desenvolvida de maneira pouco integrada ao projeto formativo da modalidade, limitando seu potencial de contribuição para a formação crítica dos estudantes. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender que o domínio do arcabouço teórico da EPT é tão relevante quanto o conhecimento técnico das modalidades e das estratégias de ensino.

Destaca-se, também, que este estudo não teve como objetivo realizar uma análise exaustiva da aplicação dos princípios da EPT nas aulas de Educação Física, mas sim identificar indícios de sua presença ou ausência. Os resultados apontam que a incorporação desses princípios pode contribuir significativamente para a superação de desafios históricos da área, além de favorecer uma maior integração com as disciplinas técnicas. Tal articulação potencializa uma formação mais ampla, crítica, cidadã e alinhada às demandas contemporâneas da sociedade e do mundo do trabalho.

Analisar proposituras e experiências curriculares é de grande importância para avaliar o impacto das propostas curriculares vigentes. Propostas curriculares muitas vezes são lançadas, substituindo as anteriores sem que se tenha feito alguma avaliação delas. As impressões dos estudos levantados nessa revisão apontam que a rede federal de ensino deveria avaliar se seus docentes realmente trabalham na perspectiva de um ensino integrado, omnilateral e orientado para a reflexão crítica e emancipadora dos estudantes.

Por fim, há um paralelo interessante entre a EFE e EPT: ambas precisam ou buscam superar a dualidade do manual versus o intelectual, do prático versus o teórico. A educação física escolar ainda é vista de forma estereotipada: como uma mera atividade física, desprovida de conteúdos mais elaborados e não como uma disciplina escolar. Sendo assim, talvez se a educação física escolar na educação profissional e tecnológica observasse os princípios deste ramo educacional poderia superar suas próprias dicotomias. Fica a questão para os Institutos Federais avaliarem se seus docentes compreendem e consideram os princípios fundamentais em suas aulas e disciplinas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. F. de; FURTADO, A. C. Educação Física brasileira no governo militar nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, e59693, out. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422019000400025. Acesso em: 9 abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e59693>.

BRASIL. **Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971**. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e a alínea “c” do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 nov. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394/1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes gerais**. Brasília: MEC/SE-TEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnept>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BOSCATTO, D. et al. A educação física nos institutos federais: diagnóstico acerca dos referenciais curriculares, conteúdos e abordagens metodológicas. **Revista Prática Docente**, v. 5, n. 3, p. 1627-1645, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n3.p1627-1645.id845>.

BOSCATTO, D.; BAGNARA, I. C. Educação Física no Ensino Médio Integrado: conhecimento e especificidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, e003022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e003022>.

CAMPOS, M. et al. O conteúdo de práticas corporais de aventura no IFRJ. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, São Paulo, ed. especial, set. 2024. Disponível em: <https://www.rebescolar.com>. Acesso em: 8 mar. 2026.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1586969>. Acesso em: 22 mar. 2026.

CAVALCANTI, R. G. et al. História da educação física no âmbito da EPT. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 2022. Anais... Campina Grande: Realize, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.031>. Acesso em: 22 mar. 2026.

CONCEIÇÃO DE SOUZA, G.; PERES, J. de J. P. Proposta de tematização das lutas corporais no ensino médio. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 28, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v28.80615>.

COSTA, R. M. B. C.; VIDAL, L. Â. V.; SILVA, J. S. S. Educação física: perspectivas da formação humana integral no ensino médio. **Revista Científica EDUVALE**, 2021. Disponível em: <http://eduvalesl.revista.inf.br>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DESSBESELL, G.; FRAGA, A. B. Exercícios físicos na Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, 2020.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação física progressista**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LORO, A. P.; NUNES, M. A. L. Base Nacional Comum Curricular de Educação Física. **Educação**, v. 46, n. 1, 2021.

MACHADO, A. A.; AMARAL, M. A. Uma análise crítica da competência cultura digital. **Ciência & Educação**, v. 27, e21034, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320210034>.

MACIEL, C. S. F. dos S. Uma avaliação da Lei nº 13.415/17. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, 2019.

MARQUES, R.; GRAEFF, B. Análise temática reflexiva. **Motricidades**, v. 6, n. 2, p. 115-130, 2022.

NEIRA, M. G.; ALVIANO JÚNIOR, W.; ALMEIDA, D. F. A BNCC: construção, intenções e condicionantes. **EccoS – Revista Científica**, n. 41, p. 31-44, 2016.

NOBRE, F. M. P.; LIMA, P. R. F. A tematização do basquetebol na educação física escolar. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 2022.

SANCHES NETO, L.; BETTI, M. Convergência e integração. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 22, n. 1, p. 5-23, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092008000100001>.

SANTOS, J. B.; ROSSET, M. Educação física e educação profissional. **Revista Mundi**, v. 4, n. 1, 2019.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

VELLOSO, L. R. da S. et al. Cultura das lutas na educação física escolar. **Cadernos do Aplicação**, v. 36, 2023.

VIANA, V. N.; DIAS, C. A. G. de M. (org.). **Educação Física e EPT: temáticas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. São Paulo: Centro de Pesquisa, 2020.